

# Verbos *ter* e *haver* na Gazeta de Lisboa (1715-1716, 1815)

Verbs *ter* and *haver* in Gazeta de Lisboa (1715-1716, 1815)

Susana Fontes\*

---

**RESUMO:** Neste artigo usa-se o primeiro periódico oficial da nossa história, a *Gazeta de Lisboa*, nos anos de 1715-1716 e 1815, representativos de dois séculos diferentes, para levar a cabo uma análise linguística que envolve os verbos *ter* e *haver*. De entre as várias estruturas estudadas, destaca-se o uso destes verbos com o particípio passado, o que implica uma análise do processo de gramaticalização por que passaram estas duas formas linguisticamente rivais, na tentativa de perceber quando e como um item lexical/concreto se transforma num item mais gramatical e abstrato, referindo-nos, neste caso, à passagem destes verbos plenos a verbos auxiliares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Verbos *ter* e *haver*. *Gazeta de Lisboa*. Gramaticalização.

**ABSTRACT:** In this article it was used the first official newspaper of our history, *Gazeta de Lisboa*, in the years 1715-1716 and 1815, representing two different centuries, in order to carry out a linguistic analysis that involves the verbs *ter* and *haver* in Portuguese language. Among the different structures studied, we highlight the use of these verbs with the past participle, which entails an analysis of the grammaticalization process these two linguistically rival forms have experienced in an attempt to realize when and how a lexical item becomes a more grammatical and abstract item, referring to the shift of these verbs to auxiliary verbs.

**KEYWORDS:** Verbs ‘*ter*’ and ‘*haver*’. *Gazeta de Lisboa*. Grammaticalization.

---

## 1. Introdução

Neste artigo, pretendemos levar a cabo uma análise linguística que envolve os verbos *ter* e *haver*, usando como corpus de trabalho um dos jornais mais duradouros da história jornalística portuguesa, a *Gazeta de Lisboa* nos anos de 1715-1716 e 1815, que seriam representativos dos séculos XVIII e XIX.

Este trabalho tem como objetivo perceber qual o papel ocupado pelos verbos *ter* e *haver* enquanto verbos auxiliares nos séculos XVIII e XIX. Deste modo, pretendemos encetar uma pesquisa relativamente a estes dois verbos, de forma a compreender o percurso dos mesmos na história da Língua Portuguesa. Com efeito, recorreu-se a um programa de análise automática de texto, o *NooJ*, que se considera essencial para obter resultados mais rigorosos e fiáveis num corpus que é constituído por aproximadamente um milhão de palavras.

---

\* Doutora em Linguística pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) – Vila Real – Portugal. Professora Auxiliar na UTAD.

## 2. *Gazeta de Lisboa: o corpus escolhido*

A *Gazeta de Lisboa* surge em 10 de agosto de 1715<sup>1</sup> como o periódico mais duradouro da primeira metade do século XVIII, assumindo uma importância considerável ao permitir ao leitor português o contacto com o mundo da época.

Esta publicação vai sofrer alterações nos diferentes títulos que apresenta ao longo da sua história. Depois de se assumir enquanto *Gazeta de Lisboa*, no seu segundo número, em 17 de agosto de 1715, adotou outras designações, sendo que algumas refletem o próprio cenário político em que se encontra o país como *Lisboa*, *Diário do Governo*, *Diário da Regência*, *Crónica Constitucional de Lisboa*, *Gazeta Oficial do Governo*, *Gazeta do Governo*, *Diário de Lisboa*.

Tal como anunciava no frontispício, este jornal oficial, estruturado anualmente em forma de livro, divulgava notícias sobre o governo, o país e o estrangeiro.

A *Gazeta de Lisboa*, tal como acontecia com outras publicações jornalísticas suas coetâneas, apresenta uma estrutura intermédia entre o livro e o jornal.

Neste sentido, com uma impressão semelhante à dos livros, a *Gazeta* conserva o seu aspeto, mas de formato pequeno, *in quarto*. Este formato de livro implicava a continuidade existente entre os diferentes números, o que era conseguido através de uma numeração contínua, concebida para o seu futuro formato de livro anual, onde apresentava, no início de cada ano, uma capa impressa a maiúsculas com o título de *Historia Annual Chronologica, e Politica do Mundo, e especialmente da Europa*<sup>2</sup>.

Inserida neste esquema híbrido, a *Gazeta* apresenta, para além do formato próximo do livro, uma estrutura mais jornalística, como se percebe pela sua circulação também em folhetos.

No que concerne à sua estrutura, as notícias são precedidas de alguns dados que nos permitem localizá-las temporal e geograficamente: o nome da nação de proveniência é impresso em maiúsculas, seguindo-se, em letras mais pequenas, a data e o nome da capital ou cidade de origem. Por fim, surge o corpo da notícia, apresentando uma estrutura quase sem parágrafos, que ocupa toda a dimensão das páginas e um estilo que muitas vezes denuncia uma tradução

---

<sup>1</sup> Nesta data, é publicada com o título de *Notícias do Estado do Mundo*, sendo apenas nos números seguintes que recebe a denominação de *Gazeta de Lisboa*.

<sup>2</sup> Apresentava como título completo o seguinte: *Historia Annual Chronologica, e politica do Mundo, e especialmente da Europa onde se faz memoria dos nascimentos, despozorios, e morte de todos os Emperadores, Reys, Principes, e pessoas consideraveis pela sua qualidade, ou empregos; encontros, sitios de Praças, e Batalhas terrestres, e navaes; vistas, e jornadas de Principes, Tratados de Aliança, Tregoa e Paz, com todas as mais acções militares, civis, e negociações politicas, e sucessos mais dignos da atençaõ, e curiosidade.*

apressada e resumida ao essencial. Os anúncios, publicados no final da última página, surgem, inicialmente, a itálico, o que dificulta a sua leitura.

Dando continuidade à estrutura presente nas suas congêneres europeias, verificamos que grande parte do corpo da gazeta era ocupada com informações do estrangeiro, como mostra a carta de privilégio de 1715, notícias designadas de políticas, traduzidas e resumidas de gazetas europeias, trabalho que estaria a cargo do seu redator, José Freire Monterroio Mascarenhas, que ocupa este lugar até 1760. O longo período em que este se responsabilizou pela redação da *Gazeta* conduziu a uma identificação muito próxima entre a concepção deste jornal e a própria personalidade do seu redator, que explica a denominação com que terá ficado conhecida neste período<sup>3</sup>, como a *Gazeta de Monterroio*. A parte final desta publicação, ainda antes dos anúncios, evidenciando uma tendência de aproximação geográfica, era ocupada pelo noticiário nacional. Este movimento centrípeto culmina com a produção de um noticiário nacional, que constituía uma parte reduzida deste periódico, marcado por uma vigilância mais acentuada comparativamente às notícias de âmbito internacional, o que se repercute em informação menos descritiva e abundante, e mais cautelosa.

O reduzido espaço disponível para estas notícias estava limitado pela periodicidade semanal que se impunha. No caso das notícias sobre o estrangeiro, parte predominante deste e de outros periódicos do género, as notícias, essencialmente políticas e militares, eram preparadas com tempo, uma vez que não se impunha um nível de atualidade tão elevado.

As notícias sobre a Corte, na capital, preenchiam maioritariamente este espaço reduzido, ainda que por vezes surgissem informações sobre outras localidades, obtidas através de correspondência. Por último, existia uma “secção” dedicada a anúncios, tendo sido precisamente na *Gazeta* que surgiu o primeiro anúncio comercial, designado de “aviso”.

---

<sup>3</sup> Este primeiro período de vida da *Gazeta* (1715-1760) foi trabalhado em teses académicas, de uma forma aprofundada, ultrapassando a vertente superficial com que este periódico tinha sido afluído na historiografia jornalística. Referimo-nos às teses de mestrado e doutoramento de André Belo. A primeira intitulada de *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso em Portugal (1715-1760)*, apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1997 e a segunda, intitulada de *Nouvelles d’Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l’information manuscrite au Portugal (1715-1760)*, apresentada na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales em 2005. A tese de doutoramento de João Luís Lisboa é também uma referência nesta linha de investigação: *Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle au Portugal*, apresentada no Instituto Universitário Europeu, Florença, em 1998.

### 3. Estruturas com os verbos *ter* e *haver* na GL-Setecentista<sup>4</sup> e GL-Oitocentista

O estudo dos verbos *ter* e *haver* tem atraído o interesse dos linguistas, que procuram perceber e localizar as mudanças que condicionaram o estatuto destes verbos.

Antes de mais, convém relembrar a etimologia destes verbos plenos em latim, que apresentam “dois campos semémicos nada estanques” (TORRES, 1997, p. 340), verificável pela possibilidade de substituição de um pelo outro em alguns contextos:<sup>5</sup> “[...] se o verbo «habeo» se espraia em razoável leque de significações como *ter*, *possuir*, *manter*, *guardar*, *deter*, *tratar*, *considerar*, *realizar*, o «teneo» vai de *ter na mão*, *segurar*, *possuir*, *manter*, *deter*, *ocupar*, *tomar*, até *guardar*, *observar*, *obrigar*.” (TORRES, 1997, p. 340).

Continuando o que se passava no latim, no período arcaico da Língua Portuguesa, estes verbos ocorrem maioritariamente em estruturas de posse, ainda que assumindo, cada um deles, valores específicos:

Inicialmente o verbo “aver” é utilizado para designar qualquer tipo de posse enquanto “teer” é reservado para designar a posse temporária ou a posse de bens materiais adquiríveis. Em comum, temos o facto de ambos serem utilizados para designarem a posse de bens materiais, palpáveis. (COSTA, 2010, p. 61-62).

Apesar de terem empregos paralelos, notava-se claramente uma preferência pelo verbo *haver*, tendência que se inverteu e levou a uma substituição gradual deste verbo pelo seu concorrente, o verbo *ter*.

Para além destas estruturas de posse, estes verbos ocorriam frequentemente em duas construções no português arcaico: “aver” e “teer” + de + infinitivo e “aver” e “teer” seguidos de participípio passado.

Neste trabalho, pretende-se analisar estas duas estruturas e a forma como elas ocorrem na *Gazeta de Lisboa*.

Neste sentido, fez-se uma pesquisa no corpus por todas as formas verbais relativas aos verbos *ter* e *haver* e a sua combinação com o participípio passado. Os resultados obtidos surgem na tabela que se segue:

---

<sup>4</sup> A partir deste momento, GL-Setecentista passa a ser a designação adotada para a *Gazeta de Lisboa* de 1715-1716 e GL-Oitocentista para a *Gazeta de Lisboa* de 1815.

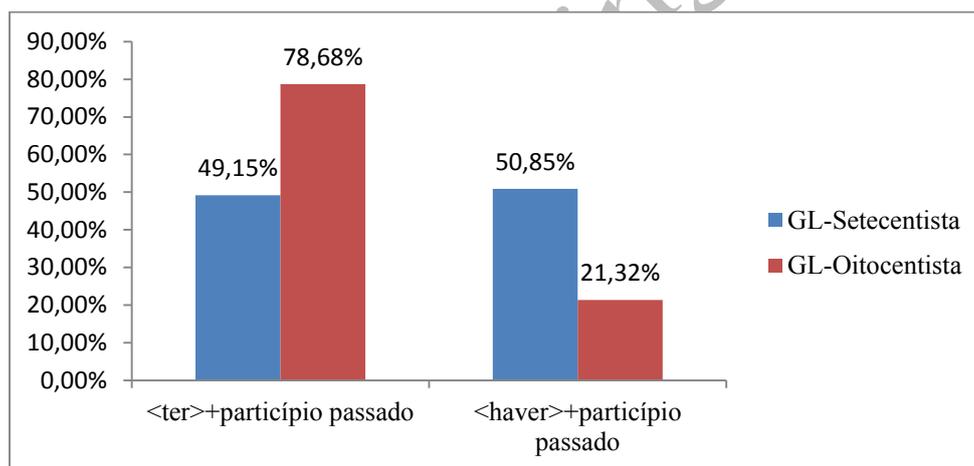
<sup>5</sup> Para exemplificar esta possibilidade de equivalência entre os dois verbos, e tendo por base um exame cuidadoso dos três primeiros Cantos da *Eneida*, Amadeu Torres diz o seguinte (TORRES, 1997, p. 340): “Entretanto, na edição adrede analisada, não deixa de tornar-se deveras curioso que o comentador, ao transcrever em prosa o conteúdo dos versos página a página, estabeleça de vez em quando equivalências recíprocas [...] Estas equivalências não as forjou o dito comentador no século XVIII, mas vêm já dos primórdios da língua.”

Tabela 1: Verbos *ter* e *haver* na GL-Setecentista e GL-Oitocentista

Verbos	GL-Setecentista		GL-Oitocentista	
	Ocorrências	Formas diferentes	Ocorrências	Formas diferentes
<ter>	2143	48	5794	76
<ter>+particípio passado	925	414	2550	1107
<haver>	1704	54	2140	56
<haver>+particípio passado	957	488	691	514

Uma primeira leitura desta tabela permite-nos verificar que o verbo *ter* surge com mais frequência do que o *haver* nos dois séculos, no entanto esta superioridade não é expressa da mesma forma: se no século XVIII há uma certa proximidade relativamente à percentagem dos dois verbos (*ter* com 55,7% e *haver* com 44,3%); no século XIX estes números distanciam-se claramente, destacando o verbo *ter* com 73,02%.

No que diz respeito à formação dos tempos compostos com os verbos *haver* ou *ter*, veja-se o gráfico que se segue:

Gráfico 1: Verbos *ter* e *haver* + particípio passado na GL-Setecentista e GL-Oitocentista

Como fica claro pela leitura deste gráfico, nas estruturas com particípio passado, em que estes verbos funcionam como auxiliares, regista-se uma diferença entre estes séculos. Na GL-Setecentista destacam-se as construções com o verbo *haver*, representando 50,85% das locuções verbais, valor que o coloca como verbo escolhido nas construções participiais. Por sua vez, na GL-Oitocentista o verbo *ter* assume o estatuto preferencial que ainda tem hoje em dia, com 78,68% das ocorrências, que contrasta com o valor reduzido das formas verbais construídas com o verbo *haver* (21,32%). Estes valores vão contra a tendência registada por Sampaio (2000), no seu estudo diacrónico sobre estes dois verbos. Iniciando a sua análise no

latim clássico, a autora concluiu que, a partir do século XV, a língua começou a manifestar a sua preferência pelo verbo *ter* para indicar a posse e como auxiliar dos tempos compostos,<sup>6</sup> o que não se verificou no nosso corpus, em que a vitória do verbo *ter* sobre o *haver* nas construções participiais ocorre apenas no texto do século XIX.

Ter e haver são pois dois verbos que desde o latim clássico caminham paralelamente. Devido à crescente perda de força expressiva de haver, a língua recorreu ao verbo *ter*, que o foi substituindo gradualmente, até usurpar-lhe todas as funções. A grande afinidade que havia entre os dois verbos e o progressivo esvaziamento semântico de haver, criou, portanto, condições para a substituição de haver por *ter*. (SAMPAIO, 2000, p. 32).

Ferreira (1980-81) analisa os verbos *haber* e *tener* em *El Libro de los Gatos* (sécs. XIV-XV) e refere que a partir do século XV se verifica uma tendência em inverter a posição ocupada pelos mesmos. Neste sentido, considera que “c’est au XV.<sup>e</sup> siècle [...] que le verbe *haber* est progressivement éliminé”. (FERREIRA, 1980-81, p. 247).

Em jeito de conclusão, o autor sintetiza o percurso destes verbos do seguinte modo:

Em conclusion, nous pouvons affirmer que ces deux verbes *haber* et *tener* apportaient déjà, depuis l’époque romaine, quelques traits communs qui expliquent la substitution de l’un pour l’autre, surtout une certaine «affinité intérieure», puisqu’ils étaient l’expression «plus ou moins prononcée de possession». *Haber* commence tôt à être remplacé par *tener*, déjà au XII.<sup>e</sup> siècle peut-être. Au XV.<sup>e</sup> siècle c’est la décadence de *haber*. (FERREIRA, 1980-81: 248).

Costa (2010, p. 65) situa no século XVI o momento da substituição do verbo *haver* pelo *ter*, que gradualmente se foi impondo e ganhando maior aceitação por parte dos falantes.<sup>7</sup>

Se no “corpus” estudado começamos por notar que “aver” é mais seleccionado do que “teer” nas estruturas de posse, também aqui, com o particípio passado, encontramos o mesmo desenlace: “teer” + p.p. acaba por superar “aver” em número de ocorrências ao chegarmos ao século XVI. Este facto atesta que “teer” esteve sempre, ao longo do português arcaico, em franca ascensão.

Almeida (2006, p. 129), no seu estudo sobre estes verbos, conclui também que o verbo *ter* é o mais usado, ainda que remeta para o século XIV esta preferência de utilização, quer seja na função de auxiliar de tempo composto ou nas estruturas de verbo + particípio flexionado.

<sup>6</sup> “O emprego do verbo *haver* como auxiliar e como liame entre o sujeito e seu complemento foi desgastando o seu sentido possessivo e contribuiu para que no século XV a língua preferisse o verbo *ter* para indicar a posse e como auxiliar da conjugação composta.” (SAMPAIO, 2000, p. 31).

<sup>7</sup> “O verbo “aver” era utilizado em praticamente todas as acepções ao passo que “teer” tinha um campo de utilização bem mais restrito. O binómio “aver”/“teer” tem, no período arcaico da língua portuguesa, uma relação de interdependência e de complementaridade que acabará por culminar aquando da utilização de “teer” em todas as acepções que até aí eram apanágio exclusivo de “aver””. (COSTA, 2010, p. 62).

Mattos e Silva (2002<sup>a</sup>), no estudo que faz tendo como *corpora* algumas obras de João de Barros, verifica que o verbo *ter* sai vitorioso, na medida em que é o preferido, o selecionado como auxiliar de tempos compostos, restando ao verbo *haver* a tarefa de auxiliar a formação do futuro.<sup>8</sup> Em outro texto do mesmo século, a autora registra novamente a preferência pelo verbo *ter*, como fica claro na frase que se segue: “O primeiro fato a destacar é que, tal como João de Barros preceitua e usa, os escrivães de D. João III não selecionaram nem uma vez *haver*, como auxiliar de tempo composto, mas sempre *ter*, com particípio passado de verbo [+ transitivo].” (MATTOS e SILVA, 2002<sup>b</sup>, p.153).

Na primeira parte do nosso corpus, referente ao século XVIII, e contrariando os marcos temporais que determinariam a substituição do verbo *haver* pelo *ter*, conforme enunciado nos estudos a que aludimos, verificamos precisamente que o primeiro se destaca enquanto auxiliar escolhido para formar os tempos compostos, tendência que se altera totalmente no texto do século XIX, o que poderá denotar um certo conservadorismo presente no texto setecentista.

Os verbos *ter* e *haver* passaram por um processo de gramaticalização,<sup>9</sup> que consiste na tentativa de estudar e explicar a forma como determinados elementos gramaticais surgem na língua, através de uma análise diacrônica, que nos permite perceber quando e como um item lexical/ concreto se transforma num item mais gramatical e abstrato ou quando determinada unidade gramatical evolui para outra ainda mais gramatical. No caso destes dois verbos, que são hoje usados como auxiliares nas construções compostas, verificou-se precisamente um esvaziamento semântico, ao passarem de verbos plenos a itens gramaticais, com a função de auxiliares de tempos compostos.

A polissemia de *ter* e *haver*, verbos que podem indicar *posse*, *obrigatoriedade*, *futuridade*, *existência*, acarretou mudança semântica, base da gramaticalização desses dois verbos, que passaram a auxiliares de tempos compostos, marcando, desse modo, nessas construções, apenas as categorias gramaticais de *tempo*, *modo*, *voz* e *aspecto*. Em outras palavras, a passagem desses dois verbos a elementos meramente gramaticais nas construções participiais começa a ocorrer, quando, no português arcaico, *ter* e *haver* passam do valor de posse à condição de verbo auxiliar. (ALMEIDA, 2006, p. 118).

---

<sup>8</sup> [...] os dados evidenciaram a coerência notável de João de Barros quando preceitua que *ter* é o verbo dos “tempos per rodeo” de passado, ou seja, os tempos compostos, enquanto *haver* formará os “tempos per rodeo vindorio”, ou seja, o futuro. João de Barros só usa, no *corpus* referido, o verbo *ter* na formação de tempos compostos de verbos transitivos. (MATTOS E SILVA, 2002<sup>b</sup>, p. 152).

<sup>9</sup> Este fenômeno foi estudado por vários autores, entre os quais podemos referenciar Hopper e Traugott (1993) e Traugott e Heine (1991).

Estudos sobre o estado da Língua Portuguesa no português arcaico mostram-nos que nessa época se verificava a concordância entre o particípio e o SN complemento, o que foi amplamente considerado como fator que excluiria a possibilidade de se tratar de um tempo composto. Nesta linha, só poderíamos falar de tempo composto, formado por *ter/haver* gramaticalizados como auxiliares juntamente com o particípio passado, quando deixa de haver a concordância do particípio de verbos transitivos com o seu complemento. A existência desta concordância, através da flexão do particípio, denota a falta de fusão morfossintática que se pretende num tempo composto, demonstrando que ainda não está concluído o processo de gramaticalização. Contudo, outros autores (cf. HARRE, 1991 e RIBEIRO, 1996) criticaram esta abordagem, considerando que seria insuficiente analisar estas construções apenas com base em critérios formais. A título exemplificativo, mencionamos o estudo levado a cabo por Cardoso e Pereira (2003), que permitiu concluir que “[...] a mudança semântica de valores aspectuais/temporais terá precedido a alteração dos traços morfo-sintáticos na construção de tempo composto.” (CARDOSO e PEREIRA, 2003, p. 175).

O processo de gramaticalização dos verbos *haver* e *ter*, na sua passagem de verbos plenos a auxiliares, demorou muito tempo<sup>10</sup> a estar finalizado, tal como acontece com todos os outros, ocorrendo, de acordo com Hopper e Traugott (1993) e Traugott e Heine (1991), gradualmente, “step by step”. Neste sentido, usamos as palavras de Almeida (2006, p. 113): “O processo de auxiliarização desses dois verbos nessas construções perpassou vários séculos, tendo seu início, aproximadamente, no século XIII, podendo ter se efetivado apenas nos séculos XVII/XVIII.”

Tendo em conta esta informação, e uma vez que a primeira parte do nosso *corpus* se situa no início do século XVIII, tentámos localizar casos de particípios nos quais se verificasse a concordância dos mesmos com o complemento direto. Como resultado, obtivemos as seguintes frases:

---

<sup>10</sup> Said Ali (1964, p. 8), na sua *Grammatica histórica da língua portuguesa*, também se refere ao tempo necessário para que uma determinada comunidade linguística aceite uma alteração na língua, para além de ficar claro que reconhece a existência da variação e da mudança na estrutura da língua, e de demonstrar a existência de fatores que condicionam esta mudança, que é encarada como um processo que implica um longo período de adaptação: “Ignora-se a data ou momento exato do aparecimento exato de qualquer alteração linguística. Neste ponto nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança. (SAID ALI, 1964, p. 8).”

“[...] a Armada de S. Mag. fizera quanto lhe foy possível por pelejar com a Armada inimiga; porém que toda a sua diligencia fora inutil, & só tinha bloqueada a Armada pequena daquella nação.” (GL, nº 7, 21 de setembro de 1715: 38)

“O Conde de Stairs Embayxador de Inglaterra faz grandes queyxas na Corte de que se haja feyta a expedição da Conquista de Malhorca no mesmo tempo que elle andava negoçando o seu ajuste [...]” (GL, nº 1, 10 de agosto de 1715: 7)

“Hontem chegou hũ Expresso com a noticia de se haverem descubertos, & prezos quatro homens que os Turcos mandavaõ para envenenar o Rio, onde o nosso exercito está acampado.” (GL, nº 31, 1 de agosto de 1716: 158)

Esta pesquisa conduziu-nos à ocorrência de três locuções verbais com uma estrutura mais arcaizante, apresentando a concordância do particípio passado com o complemento que lhe sucede (*tinha bloqueada a Armada; haja feyta a expedição; haverem descubertos, & prezos quatro homens*). Este fenómeno é explicado por Almeida (2006, p. 130) da seguinte forma:

O processo de gramaticalização ocorreu de forma gradual - conforme prevê a hipótese da gramaticalização - até a sua completude no século XVIII, verificada no trabalho de Almeida (2003). A variação na concordância do particípio ocorria mesmo que *ter* e *haver* já estivessem esvaziados semanticamente, por ser, muitas vezes, apenas uma marca morfológica que se manteve no conteúdo da forma. Justifica-se, assim, a presença tanto de estruturas formadas por *verbo + particípio flexionado*, em que *haver* e *ter* permanecem como núcleo do predicado, com valor de posse, como estruturas em que esses dois verbos passam a auxiliares.

No século XIX, como já seria de esperar, não foi encontrada nenhuma ocorrência fora da configuração típica do tempo composto, ou seja, tendo em conta o procedimento que se aplicou à gazeta setecentista, verificou-se que no texto do século XIX não há casos de particípio flexionado a concordar com o complemento.

Esta análise que apresentámos relativamente à estrutura que envolve os verbos *ter* e *haver* seguidos de particípio passado levou-nos a considerar a possibilidade de proceder a uma pesquisa de outra construção que envolve estes verbos: *ter/haver+de+infinitivo*, de forma a tecermos breves considerações sobre os valores que as mesmas assumem no nosso texto. Lembramos que no português trecentista e quatrocentista a estrutura “*aver/teer*”+*de+infinitivo* surge a par de “*aver/ter*”+*a+infinitivo*, ainda que esta última surja com menos frequência e acabe por desaparecer. Neste corpus, no século XIX, existem ainda resquícios desta forma na frase que se segue:

“As pessoas designadas nos Decretos do Rei de França para serem processadas, serão prezas e mettidas na cadêa nos paizes estrangeiros onde se acharem, e terão a

escolher ou ficarem encarceradas, ou serem entregues às autoridades Francezas [...]” (GL, nº 245, 17 de outubro de 1815: [III])

Passemos, de seguida, à análise da tabela com os resultados para a estrutura *ter/haver+de+infinitivo*:

Tabela 2: *ter/haver+de+infinitivo* na GL-Setecentista e GL-Oitocentista

Verbos	GL-Setecentista		GL-Oitocentista	
	Ocorrências	Formas diferentes	Ocorrências	Formas diferentes
<ter>+de+infinitivo	7	7	43	42
<haver>+de+infinitivo	99	67	549	297

Neste caso, registou-se uma semelhança de comportamento quanto à escolha do verbo *haver*, que, juntamente com a preposição *de* + infinitivo, assume uma posição de destaque nos dois séculos. No século XIX, a preposição *de* alterna já com o pronome relativo *que*, na expressão muito difundida atualmente<sup>11</sup> *ter+que+infinitivo*, com 22 ocorrências e 18 formas diferentes, partilhando o seu sentido de obrigatoriedade e evidenciando que já não havia distinção entre as duas. Atente-se nos seguintes exemplos:

“Tinheis que lutar contra privações; porém vós as supportastes com constancia.” (GL, nº 170, 21 de julho de 1815: [III])

“[...] por tanto, concorrendo em assegurar os direitos do Rei Fernando, não tem que fazer a Inglaterra mais que huma simples cousa, que he declarar em Congresso, que sempre reconheço que Fernando IV. he o legitimo Soberano do Reino de Napoles.” (GL, nº 107, 8 de maio de 1815: [II])

“He preciso que conheçamos o mal a que temos que nos oppôr, e que o encaremos face a face.” (GL, nº 89, 17 de abril de 1815: [II])

Centremo-nos, de momento, nas estruturas *ter+de+infinitivo* e *haver+de+infinitivo* e no seu percurso nestes dois séculos examinados:

<sup>11</sup> Bechara (2002, p. 232) alude a esta estrutura muito utilizada nos dias de hoje como alternativa ao tradicional *ter de + infinitivo*: “Em vez de *ter* ou *haver de* + infinitivo, usa-se ainda, mais modernamente, *ter* ou *haver que* + infinitivo: tenho que estudar. Neste caso, *que*, como índice de complemento de natureza nominal, funciona como verdadeira preposição.” Neste *corpus*, encontrou-se apenas no século XIX a estrutura *ter+que+infinitivo*, e não se regista nenhuma ocorrência com *haver*.

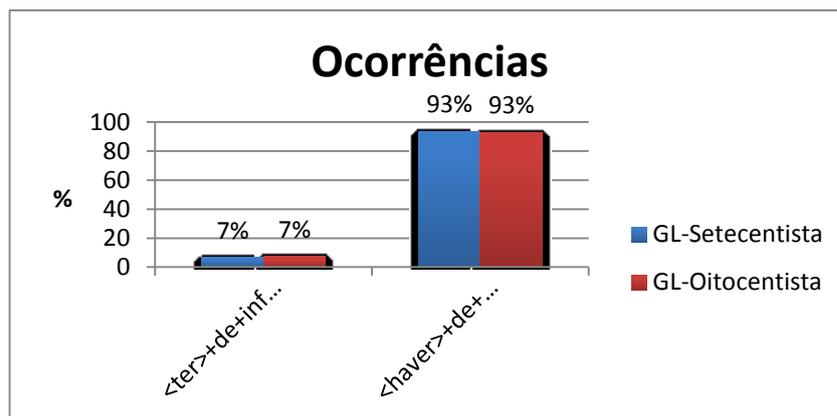


Gráfico 2: Ocorrências de <ter>+de+infinitivo e <haver>+de+infinitivo na *GL-Setecentista* e *GL-Oitocentista*

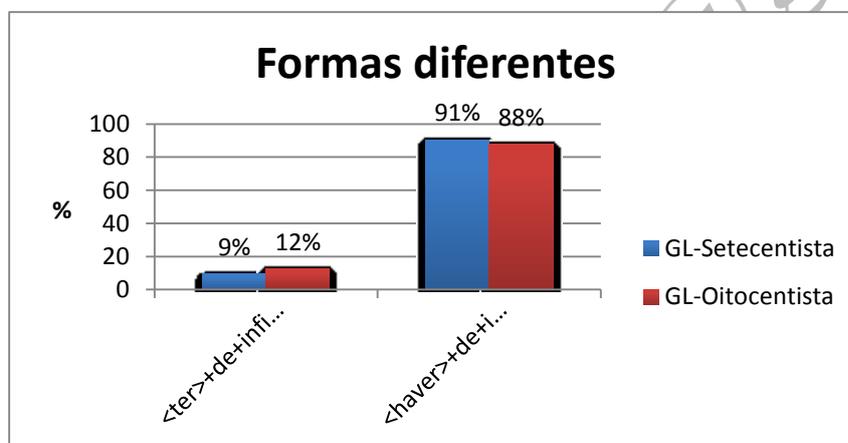


Gráfico 3: Formas diferentes de <ter>+de+infinitivo e <haver>+de+infinitivo na *GL-Setecentista* e *GL-Oitocentista*

Percebe-se, de imediato, que os valores relativos às duas estruturas são muito próximos nos dois séculos. A segunda etapa deste estudo consistiu em analisar todos os contextos em que surgem estas estruturas para que se pudesse identificar os principais sentidos associados às mesmas e verificar se existe proximidade com as aceções atuais, que se encontram descritas no excerto que a seguir se transcreve de uma gramática hodierna:

Ter e haver empregam-se:

[...]

com o infinitivo do verbo principal antecedido da preposição *de*, para exprimir, respectivamente, a obrigatoriedade ou o firme propósito de realizar o facto:

Tenho de fazer exercícios.

Havemos de comprar livros. (CUNHA E CINTRA, 1999, p. 393)

Relativamente aos valores veiculados por estas formas em português europeu contemporâneo, nota-se uma preferência pela utilização de *ter de + infinitivo* quando se

pretende expressar dever/obrigação enquanto que *haver de + infinitivo* se usa mais para expressar a intenção.

Veja-se agora como estas construções são usadas neste corpus e quais os valores que expressam.

A estrutura *ter de + infinitivo* surge nos textos dos dois séculos com uma ocorrência reduzida, associada à noção de obrigatoriedade/necessidade, como se percebe pelos exemplos que se seguem:

“[...] os nossos inimigos tiveraõ de fazer sublevaçoens em varias partes deste Reyno [...]” (*GL*, nº 11, 14 de março de 1716: 51)

“[...] rodeados por forças mui superiores tiverão de submetter-se ao jugo aquelles bons Francezes que tihão tido gloria de desarmar a guarnição.” (*GL*, nº 104, 4 de maio de 1815: [IV])

“A Esposa de Murat teve de sahir de Haimburgo, e se dirigio para Gratz na Styria.” (*GL*, nº 233, 3 de outubro de 1815: [I])

Registaram-se também algumas frases em que a estrutura *ter de + infinitivo* nada tem a ver com este sentido de obrigatoriedade, verificando-se, nestes casos, um deslocamento da relativa para o interior do seu antecedente:

“[...] aqui se conhece certamente o grande desejo que os Ottomanos tem de dar fim a esta guerra [...]” (*GL*, nº 53, 31 de dezembro de 1716: 302)

“Enviárão hum correio para receberem as ordens da Dieta, expressando o desejo que tem de voltar para a sua patria.” (*GL*, nº 101, 1 de maio de 1815: [V])

“S. A. R. o Principe Regente, com generoso desvelo, que não pode ser assaz elogiado, expressou já ao Parlamento a tenção que tem de conferir novos signaes da sua viva satisfação ao illustre [...]” (*GL*, nº 162, 12 de julho de 1815: [II])

No que concerne à estrutura *haver de + infinitivo*, na *GL-Setecentista*, ela serve também para exprimir obrigatoriedade, mas destaca-se claramente o valor de futuridade ou de intenção de fazer algo, como fica claro nos exemplos que se seguem usados para expressar a posterioridade:

“[...] ouvindo dizer que a Republica de Genova havia de ajudar a de Veneza, foy buscar o Ministro dos Genovezes, & tirando-o de sua casa o descompoz, & lhe mandou que sahisse logo de Constantinopla [...]” (*GL*, nº 2, 11 de janeiro de 1716: 5)

“Os Estados do Ducado de Brabante se ajuntãrão quinta feyra nesta Cidade, para consultarem sobre hum subsidio, que se lhes pede por parte de S. Mag. Imp. &

sobre a forma com que lhe haõ<sup>12</sup> de fazer omenagem como Duque de Brabante [...]” (GL, nº 2, 11 de janeiro de 1716: 7)

“Os Regimentos da Cavallaria se haõ de formar pela maneyra seguinte: dos dous que ha na Corte, se haõ de escolher doze companhias, & do Alentejo haõ de vir oyto para complemento das vinte, que nesta Provincia da Estremadura haõ de ficar perfazendo dous Regimentos.” (GL, nº 4, 31 de agosto de 1715: 23)

“Os Inspectores que haõ de passar mostra geral às tropas em Alsacia, Franchecontea, & nos tres Bispados, partirão a 15. do passado.” (GL, nº 17, 25 de abril de 1716: 79)

No século XIX, para além de esta estrutura ser usada para marcar a posterioridade, revelando que algo ocorrerá num ponto posterior ao do tempo da enunciação, verifica-se que também serve para expressar valores modais no domínio da obrigação, probabilidade, intenção.<sup>13</sup> Não nos podemos esquecer de que há uma correspondência entre a modalidade deôntica e a futuridade, sendo que, na sua forma analítica que deriva do latim, constituída pelo verbo *habere* e o outro verbo no infinitivo, o verbo *habere* foi usado como modal deôntico (*laudare habeo* - hei de louvar, devo louvar).

### 1. Valor de futuro

“Todas as contestações sobre territorios hãõ de ser arranjadas por Commissarios de ambas as partes [...]” (GL, nº 8, 10 de janeiro de 1815: [II])

“O Cabo André Hofwatesch, e João Ruzla, que servirão no Regimento de Infantaria de que S. M. hoje he Coronel, hãõ de receber 100 florins cada hum [...]” (GL, nº 14, 17 de janeiro de 1815: [II])

“[...] na proxima sessão, circunstanciadas Contas com documentos de todas as receitas e de todas as despezas vos hãõ de habilitar para examinardes se he ou não possivel cumprir em breve o desejo do nosso Monarca de aliviar o seu Povo.” (GL, nº 15, 18 de janeiro de 1815: [I])

“Ha em todos os corações Francezes, e em todas as consciencias, huma voz mais poderosa que a minha, a qual responde que não havemos de passar por tão terrivel

<sup>12</sup> Na maioria das ocorrências, o verbo *haver* é usado no presente para expressar uma noção de futuridade, uma vez que ele próprio já possui um valor de futuro.

<sup>13</sup>Relativamente aos valores veiculados por esta construção, Frade (2011, p. 79), no seu estudo sobre *aver de* +infinitivo, levado a cabo através da versão portuguesa quatrocentista do tratado de Cícero *De Officiis* e do seu confronto com o texto latino, conclui: “[...] nota-se a existência de uma evolução a nível do uso desta construção: no português medieval, ela é usada, na maioria dos casos, para expressar a posterioridade ou a obrigação, aproximando-se dos valores veiculados pelas formas latinas, ao passo que, em português europeu contemporâneo, o valor de dever/obrigação é marcado preferencialmente por *ter de* + infinitivo, notando-se uma maior utilização de *aver de* + infinitivo para expressar a intenção.”

accusação [...]” (*GL*, nº 81, 7 de abril de 1815: [III])

## 2. Valor modal: obrigação, probabilidade, intenção

“[...] que assim como elles, por sua cega paixão, e pervertido espirito, serão capazes de entregar a patria ao Tyranno, e a calcar aos pés todos os sentimentos briosos, do mesmo modo se havião de portar os Conselheiros dos illustres Monarcas defensores da liberdade da Europa.” (*GL*, nº 163, 13 de julho de 1815: [III])

“Os Administradores da casa do fallido José Morphy participão a todos os Crédores de dividas privilegiadas, que cumpre hajão de comparecer com seus titulos em casa da viuva da Cunha Oliveira, á Boa-Vista N.º 56 [...]” (*GL*, nº 63, 15 de março de 1815: [IV])

“S. M. perdoa ao Commandante Begani; mas exclue-o do seu serviço, e fica ao arbitrio de S.M. proporcionar-lhe meios no caso de haver de sahir do Reino.” (*GL*, nº 220, 18 de setembro de 1815: [II])

“Assim, poupão-nos a triste necessidade de levantar a nova contribuição, que já se annunciava em Setembro passado, e que havia de subir, pelo menos, a hum milhão de rixdallers.” (*GL*, nº 37, 13 de fevereiro de 1815: [III])

“Napoleão me assegurou que nos não bateriamos; e eu tornei a repetir que nunca havia de combater contra a minha patria.” (*GL*, nº 79, 5 de abril de 1815: [V])

Os exemplos retirados da *Gazeta* revelam os vários sentidos associados à estrutura *haver de+infinitivo*. Contrariamente ao que acontece na *GL-Setecentista*, na qual sobressai o valor de futuro, verifica-se que no século seguinte esta estrutura surge muitas vezes com um valor modal de obrigação, probabilidade, ainda que continue a destacar-se a noção de futuridade. Esta última começa a ser disputada pela forma *ir+infinitivo*,<sup>14</sup> tal como atestam Oliveira e Olinda (2008, p. 108), no seu estudo sobre a trajetória do futuro perifrástico<sup>15</sup> na Língua Portuguesa:

A forma perifrástica com *ir* + infinitivo, inexistente no século XIII, parece ganhar espaço no sistema linguístico a partir do século XIX, e só no século XX começa a ser mais utilizada, ocupando o espaço antes preenchido pela perífrase com *haver de* + infinitivo e passando a concorrer, ainda que com baixa incidência, com o futuro sintético na expressão do futuro verbal em português.

<sup>14</sup> Nas gramáticas hodiernas, surge associado a esta estrutura o significado de futuro: “Ir emprega-se [...] com o infinitivo do verbo principal, para exprimir o firme propósito de executar a acção, ou a certeza de que ela será realizada em futuro próximo.” (CUNHA E CINTRA, 1999, p. 395).

<sup>15</sup> O verbo *ir* passa por um processo de gramaticalização, tal como aconteceu com o seu concorrente *haver*. Desta forma, e usando as palavras da autora que estudou esta trajetória, podemos dizer que se regista “[...] um processo de gramaticalização do verbo *ir*, que passa de pleno a auxiliar na composição da forma perifrástica com o infinitivo para expressar o futuro.” (OLIVEIRA, 2006, p. 252).

Atualmente, existem várias formas para marcar a posterioridade, como fica claro se atentarmos nas palavras de Oliveira (1985, p. 370).

A futuridade representa, assim, tipos de modalizações diferentes de atitudes proposicionais. O Fut. Simples, provavelmente pelas suas origens, tem reservado um mais alto grau de abertura de possibilidades do ponto de vista epistémico, e daí que se considere mais incerto. Ir+inf. - como auxiliar é utilizado só em certos tempos – porque responde em grande parte a um plano pré-estabelecido no momento da enunciação, tem por efeito um maior fechamento desses mundos, enquanto que o Presente sugere a consideração de um único mundo.

Esta diversidade está já presente no nosso corpus, onde encontramos quatro possibilidades para representar a posterioridade:

#### 1. futuro sintético

“[...] o General Cadogan se espera por momentos, se crê que o negocio da Barreyra se terminará brevemente.” (GL, nº 7, 21 de setembro de 1715: 39)

“[...] a posterioridade não collocará meu nome entre os das mulheres celebres [...]” (GL, nº 7, 9 de janeiro de 1815: [I])

#### 2. presente<sup>16</sup>

“Depois de amanhã se espera nesta Cidade o Senhor Lesle, que vem da Corte de Hespanha pela via de Genova.” (GL, nº 36, 5 de setembro de 1716: 191)

“[...] Mr. Humboldt parte amanhã para Francfort.” (GL, nº 295, 14 de dezembro de 1815: [IV])

#### 3. haver de+infinitivo

“Dos da Provincia do Alentejo, & dos do Reyno do Algarve se haõ de formar 48. tropas, as 8. que haõ de vir para a Corte, & as 40. que haõ de ficar naquella Provincia em 4. Regimentos.” (GL, nº 4, 31 de agosto de 1715: 23)

“Todas as contestações sobre territorios hãõ de ser arranjadas por Commissarios de ambas as partes [...]” (GL, nº 8, 10 de janeiro de 1815: [II])

#### 4. ir+infinitivo (futuro analítico)

<sup>16</sup> Câmara Jr. (1979, p. 129) fala-nos da sua utilização já no latim vulgar: “No latim vulgar, em todos os seus planos de hierarquia social, o que predominava era o uso do presente como futuro, desde que não houvesse uma motivação modal específica para levar o falante a outro uso.”

Este tempo é usado para exprimir um facto real, que irá ocorrer no futuro, sendo esta ação encarada como certa, marcada por um maior valor de certeza, sendo importante a existência de um marcador de localização temporal, que lhe possibilite essa interpretação de futuro (cf. Oliveira, 1985, p. 357).

Cunha e Cintra (1999, p. 449) também se referem à utilização do presente para designar algo futuro: “O emprego comedido do presente para designar uma acção futura pode ser um meio expressivo de valioso efeito por emprestar a certeza da actualidade a um facto por ocorrer.”

“[...] lhe fallaráõ em Pymont, onde ElRey Britanico vay tomar banhos.” (GL, nº 36, 5 de setembro de 1716: 188)

“O Governo vai pôr na Augusta Presença do Principe Regente Nosso Senhor estes relevantes serviços [...]” (GL, nº 19, 23 de janeiro de 1815: [IV])

A utilização crescente desta forma perifrástica (ir+infinitivo), que concorre atualmente com o futuro sintético, faz-nos lembrar a estrutura analítica usada no latim para expressar o tempo futuro, constituída por um verbo no infinitivo seguido do verbo auxiliar latino *habere*, que representou um caso de gramaticalização.

A combinação do infinitivo imperfeito com o presente do verbo *habēre* (port. *haver*), em grande parte da România, se estabeleceu como uma locução volitiva, focalizando, do presente, a vontade que uma ocorrência se desse.

[...]

Firmou-se assim no latim vulgar um modo futuro, por assim dizer, ou futuro modal, que numa elaboração categórica mais refinada conduziu as línguas românicas a um novo futuro temporal ou tempo futuro. (Câmara Jr., 1979, p. 130).

Segundo Fleischman (1982), esta perífrase construída com o infinitivo seguido de *habeo* apresentava no latim clássico um valor deôntico, não tendo sido usada, durante toda a latinidade, com valor exclusivamente temporal (cf. FLEISCHMAN, 1982, p. 53). Por sua vez, o momento da “[...] fusão/temporalização da perífrase não coincidiu cronologicamente com o desaparecimento do futuro latino. Ou seja, este não foi imediatamente “substituído” por uma nova forma sintética.” (GIOMI, 2010, p. 36). O que temos, entretanto, é a utilização de variadas formas para expressar um valor temporal de futuridade. “Só num segundo momento uma dessas formas, infinitivo + *habeo*, começou a especializar-se na expressão da futuridade “pura”, originando um futuro analítico não-modal, e, posteriormente, um novo futuro sintético.” (GIOMI, 2010, p. 37).

Depois de formado o futuro sintético, o falante introduz na língua uma nova estrutura, construída com ir+infinitivo, iniciando um novo processo de gramaticalização.

Relativamente ao verbo *ir*,<sup>17</sup> verifica-se uma extensão semântica do seu sentido como verbo pleno, enquanto verbo que denota “movimento no espaço” para um verbo auxiliar

---

<sup>17</sup> Santos (s/d, p. 15), no seu estudo sobre “os verbos modais e uma análise do futuro”, apresenta os seguintes resultados relativamente ao verbo *ir*: “No português atual, convivem os três estágios do verbo *ir*: em alguns contextos, codifica movimento no tempo e no espaço (verbo pleno); em outros, é um auxiliar modal indicando uma atitude intencional – modalidade epistêmica -; e, finalmente, funciona, em várias ocorrências, como um auxiliar temporal para expressar eventos a serem ocorridos no futuro. Isto caracteriza o processo de gramaticalização pelo qual atravessa a perífrase IR+V ao deixar de ser um verbo modal para expressar futuridade.”

associado a um tempo futuro e que, por isso, passa a designar “movimento no tempo”. A gramaticalização nesta construção explica-se como um processo em que o traço “movimento” e, numa fase posterior, o traço “intenção” deixam de estar presentes em alguns enunciados, verificando-se a sua substituição pelo traço “futuro”, mostrando que esta construção passa a marcar a posterioridade (cf. LIMA, 2001, p. 121).

Neste sentido, terminamos esta breve referência à construção *ir+infinitivo* com a percepção de que já na *Gazeta* esta estrutura se começa a assumir como concorrente da forma sintética para expressar tempo, para além de se confirmar o processo de gramaticalização que tem afetado este verbo.

#### 4. Conclusão

A análise do percurso dos verbos *ter* e *haver* permitiu-nos perceber que nem sempre o primeiro assumiu o estatuto preferencial que detém hoje, tendo sido entre os séculos XIV e XVI, segundo Costa (2010), Almeida (2006), Sampaio (2000), Mattos e Silva (2002<sup>a</sup> e 2002<sup>b</sup>), que o verbo *haver* foi sendo gradualmente substituído pelo verbo *ter*.

No nosso corpus, já no século XVIII, as construções com o verbo *haver* e o particípio passado representam uma percentagem de 50,85%, o que demonstra que, na *Gazeta* setecentista, este verbo ainda detinha um estatuto preferencial enquanto verbo auxiliar de um tempo composto.

Os verbos *ter* e *haver* passaram por um processo de gramaticalização que demorou muito tempo a estar finalizado, como demonstram os valores do nosso texto setecentista e a existência, nesse mesmo século, de exemplos de concordância do particípio de verbos transitivos com o seu complemento, que era uma característica do português arcaico.

De seguida, analisámos as estruturas *ter+de+infinitivo* e *haver+de+infinitivo*, o que nos permitiu verificar que, para além de *ter+de+infinitivo* surgir nos dois textos com uma ocorrência muito reduzida, assume um valor de obrigatoriedade/necessidade.

Relativamente à estrutura *haver+de+infinitivo*, sobressai nos dois séculos a noção de futuridade, no entanto não podemos deixar de mencionar o valor modal de obrigação e probabilidade que assume na centúria oitocentista.

Por último, percebemos também que a expressão da posterioridade começa já a ser disputada pela perífrase *ir+infinitivo*, que é hoje uma forte concorrente da forma sintética.

Concluindo, este estudo veio corroborar a necessidade de analisar a língua numa perspectiva diacrônica, sem a qual não poderemos compreender estes processos de variação e mudança, que enriquecem a nossa língua.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, E. **A formação de perífrases verbais no português**: um processo diacrônico. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa – Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas. 2006. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Disponível em <http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/AlmeidaES.pdf> (acesso em 12 de fevereiro de 2014).

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

BELO, A. A *Gazeta de Lisboa* e o terramoto de 1755: a margem do não escrito. **Análise Social** vol. XXXIV (151-152). 1999. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799295R1gOl5ej4La97VE7.pdf> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

BELO, A. **Nouvelles d’Ancien Régime**. La Gazeta de Lisboa et l’information manuscrite au Portugal (1715-1760). Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2005.

CÂMARA JR, J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda, 1979.

CARDOSO, A.; PEREIRA, S. Contributos para a emergência do tempo composto em português. **Revista da ABRALIN**. Vol. II. nº 2, 2003, p. 159-181.

COSTA, M. J. Os verbos “aver” e “teer” no português arcaico – breve sinopse. **Filologia Linguística Portuguesa**. N. 12(1). 59-68, 2010. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP12\\_1/Costa.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/flp/images/arquivos/FLP12_1/Costa.pdf) Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

CUNHA, C.; e CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

FERREIRA, J. de A. Les verbes *haber-tener* et l’emploi de l’anaphorique *y* dans le *Libro de los Gatos*. **Boletim de Filologia**. Tomo XXVI. Lisboa: Universidade de Lisboa. 245-270. 1980-81. Disponível em: [http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/26/boletim26\\_pag245\\_270.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/26/boletim26_pag245_270.pdf) Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

FLEISCHMAN, S. **The future in thought and language**: diachronic evidence from Romance. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

FRADE, M. O Futuro com *aver de* + infinitivo no ‘Livro dos Ofícios’. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 13. 2011, p. 45-82. Disponível em: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/3.%20Mafalda.pdf> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

GIOMI, R. **Para uma caracterização semântica do futuro sintético românico**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa. 2010. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2262/2/ulfl079933\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2262/2/ulfl079933_tm.pdf) Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

HARRE, C. **Tener + Past Participle**. A case study in linguistic description. London and New York: Routledge, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E-C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LIMA, J. P. de. Sobre a génese e a evolução do futuro com *ir* em português. In: SILVA, A. S. da (Org.), **Linguagem e cognição: a perspectiva da Linguística Cognitiva**. Braga: Associação Portuguesa de Linguística/Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga. 2001, p. 119-145.

LISBOA, J. L. **Mots (dits) écrits**. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle au Portugal. Florença: Instituto Universitário Europeu, 1998.

MATTOS E SILVA, R. V. A variação *ser/estar* e *haver/ter* nas Cartas de D. João III entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. (orgs). **O português quinhentista**. Estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA/UEFS. 2002<sup>b</sup>. p. 143-160.

MATTOS E SILVA, R. V. Vitórias de *Ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. (orgs). **O português quinhentista**. Estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA/UEFS. 2002<sup>b</sup>. p. 143-160.

OLIVEIRA, F. O futuro em português: alguns aspectos temporais e/ou modais. **Actas do I Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística** (Lisboa). 1985, p. 353-373. Disponível em: <http://www.apl.org.pt/docs/actas-01-encontro-apl-1985.pdf> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, J. M. de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 2006. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/posverna/doutorado/OliveiraJM.pdf> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, J.; OLINDA, S. A trajetória do futuro perifrástico na Língua portuguesa: séculos XVIII, XIX e XX. **Revista da ABRALIN**, v. 7, n. 2. 2008. p. 93-117. Disponível em: [http://www.abralin.org/revista/rv7n2/04-Josane-Moreira-e-Silvia-Rita\[1\].pdf](http://www.abralin.org/revista/rv7n2/04-Josane-Moreira-e-Silvia-Rita[1].pdf) Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

RIBEIRO, I. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.), **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: Homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 343-386.

SAID ALI, M. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**, edição Revista e Atualizada. São Paulo: Editora Universidade de Brasília (Biblioteca Básica Brasileira; 1), 1964.

SAMPAIO, M. L. P. **Estudo diacrônico dos verbos ter e haver, duas formas em concorrência**. CopyMarket.com. 2000. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/9586310/Maria-Lucia-Pinheiro-Sampaio-Estudo-Diacronico-Dos-Verbos-TER-e-HAVER-Duas-Formas-Em-Concorrencia> Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

SANTOS, J. Os verbos modais e uma análise do futuro. s/d. Disponível em [http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos\\_completos/pdf/Os%20verbos%20modais%20e%20uma%20an%C3%A1lise%20do%20futuro%20-%20JOSETE.pdf](http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos_completos/pdf/Os%20verbos%20modais%20e%20uma%20an%C3%A1lise%20do%20futuro%20-%20JOSETE.pdf) Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

TORRES, A. Na pista do Prof. Azevedo Ferreira: os verbos *ter* e *haver* em dois cartulários nortenhos. **Revista Portuguesa de Humanidades**. Braga: Faculdade de Filosofia. Vol. I, 1997, p. 337-351.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). **Approaches to grammaticalization**. Volume I. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

Artigo recebido em: 28.02.2014

Artigo aprovado em: 27.05.2014